

## EDITORIAL

A revista “Direitos, Trabalho e Política Social” é resultado de uma parceria entre os Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso e permanece recebendo o apoio do Projeto Ação Integrada (PAI).

Na edição 01/2015 apresentou 14 artigos relacionados aos temas do “trabalho e proteção social do trabalhador”; na edição 02/2016 apresentou 09 artigos com os temas do “adoecimento, violência e imigração”; na edição 03/2016, em função da qualidade dos trabalhos submetidos, apresentou 13 artigos sobre o “meio ambiente do trabalho e trabalho análogo à escravidão”; e na edição 04/2017 apresentou 09 artigos relacionados aos temas da “crise do capital, regressão dos direitos, trabalho decente e discriminação”.

E agora, na edição 05/2017 traz 10 artigos que refletem as temáticas da Desregulamentação do mercado de trabalho, saúde e acessibilidade.

Consideramos que as medidas desregulamentadoras do mercado e das relações de trabalho estão entre os principais debates da contemporaneidade brasileira, e por isso a necessidade de apresentar, nesta edição, algumas das experiências sistematizadas em artigos e resenhas. O tema é controvertido e complexo, mas de interesse dos pesquisadores das áreas de Serviço Social e do Direito. Alguns textos analisam as instituições, as normas legais que regem as relações de trabalho e a desregulamentação do mercado, associada ao surgimento de formas atípicas de emprego, tais como o emprego eventual, temporário e de tempo parcial em que o assalariamento situa-se à margem do aparato jurídico estabelecido.

Oportunizamos também algumas análises sobre os problemas de saúde do trabalhador, relacionados ao processo de produção e reprodução do trabalho, tendo a compreensão da sua dimensão social e política, o que nos possibilita entender esse objeto como a expressão de forças e de formas de organizações históricas da classe trabalhadora, num contexto de contradição e conflitos. Saúde é uma categoria relevante para atualizar o conhecimento e as formas de luta contra os mecanismos de desvalorização e de precariedade do trabalho.

A temática da acessibilidade veio para abrir espaço de reflexão e pensar a cidade e os instrumentos de acesso das pessoas aos locais de trabalho, estudo e lazer, vencendo barreiras arquitetônicas e garantindo o direito de ir e vir em qualquer situação.

O primeiro artigo, intitulado **“TRABALHO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: elementos para reflexão”**, escrito por Leana Oliveira Freitas e Gabrielle dos Santos trata da conexão entre trabalho e a funcionalidade da educação superior na reprodução da força de trabalho.

Em seguida temos o artigo **“O PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E SUA APLICABILIDADE: instrumentos de combate às agressões à saúde do trabalhador”**, de autoria de Gabriela de Andrade Nogueira Gonçalves e Carla Reita Faria Leal que analisa o princípio da prevenção e a sua aplicabilidade através dos instrumentos de combate à precarização do trabalho e às consequências desta para a saúde do obreiro.

O artigo **“TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: tendências e reconfigurações no capitalismo contemporâneo”**, produzido por Daniele Gomes de Lima, trata, numa pers-

pectiva crítica, as mutações que ocorrem no mundo do trabalho com o desenvolvimento da sociedade capitalista, especificamente a partir do contexto da crise do capital e as implicações deste processo na implementação das políticas de proteção social.

O artigo sobre a **“ACESSIBILIDADE URBANA EM CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE DURANTE A COPA DO MUNDO 2014”**, escrito por Neemias Souza Alves e José Serafim Bertoloto, apresenta uma reflexão sobre o espaço viário das cidades de Cuiabá e Várzea Grande quando de sua preparação para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Momento em que o Governo do Estado de Mato Grosso apresentou um pacote contendo 56 obras de mobilidade urbana, o que trouxe dificuldades de acesso e mobilidade para motoristas e pedestres.

O artigo **“IMIGRAÇÃO E O TRABALHO COMO CONDIÇÃO PARA UMA VIDA MAIS DIGNA OU INDIGNA?”** escrito por Carolina Mirabeli Sanches Leite Cardoso e Marcia Cabreira, realiza uma análise sobre a importância do trabalho no fenômeno migratório e traz uma discussão sobre a sua relevância na construção de uma vida no país receptor.

O artigo **“DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E IMPACTOS NA SAÚDE DAS TRABALHADORAS: adoecimento por LER/DORT”**, de autoria de Rodrigo Garcia Schwarz e Candy Florencio Thomé é parte de um estudo de revisão bibliográfica sobre a influência da divisão sexual do trabalho no acometimento de LER/DORT nas trabalhadoras.

O **“O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR”** é um artigo escrito por Roecson Va-

ladares Sá, Stefany Brayane Wohlfahrt de Pinho e Osinéia Albina Brunelli, e apresenta um texto que analisa o reconhecimento do direito ao meio ambiente do trabalho como preceito fundamental e responde se os Tribunais Regionais do Trabalho reconhecem a natureza de preceito fundamental do direito à saúde e segurança do meio ambiente do trabalho.

O artigo **“TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EQUILIBRADO: CONTRIBUIÇÕES DA ERGONOMIA”**, de autoria de Dulcely Silva Franco e Simone Cristina de Arruda analisa as contribuições da ergonomia para a tutela jurídica do meio ambiente do trabalho equilibrado, com os objetivos de apresentar as bases conceituais e legais desse meio ambiente e da ergonomia, bem como o de demonstrar a contribuição desta para a tutela jurídica do meio ambiente do trabalho equilibrado.

O artigo **“CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE DO TRABALHO PELO OLHAR QUE TRANSPÕE O LOCAL DE TRABALHO”** de autoria de Michele Beutinger de Mattos Martinez vem reafirmar que a proteção do direito fundamental ao meio ambiente do trabalho equilibrado supera a defesa de direitos trabalhistas e individuais e transcende o local de trabalho, da esfera do trabalhador e de sua família, produzindo efeitos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais em toda a sociedade; e demonstra que o meio ambiente do trabalho transpõe a esfera do local de trabalho e deve ser concebido enquanto direito humano fundamental ao lado do meio ambiente natural, artificial e cultural.

E, atendendo à seção de temas livres, temos o artigo **“A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO NA OCUPAÇÃO DESORDENADA DO NOVA CONQUISTA,**

**MANAUS**”, escrito por Dorinethe dos Santos Bentes, Aline Vasques Castro e Gabrielle Stoco Fabio, descreve a responsabilidade civil ambiental do Poder Público na ocupação desordenada de Nova Conquista, Zona Leste de Manaus. Os autores destacam os meios processuais colocados à disposição da sociedade, como a Ação Civil Pública e a Ação Popular, para se pleitear a recomposição da área afetada; e a importância da participação do Ministério Público na proteção dos direitos difusos.

**Marluce Souza e Silva**